

# DO 11 DE SETEMBRO AO 11 DE MARÇO: DUAS AGENDAS EM DEBATE

António Fontes Ramos

## O ISLÃO NA VORAGEM DA HISTÓRIA

«Por duas vezes o Ocidente ficou estupefacto perante acontecimentos imprevistos, impensáveis e ininteligíveis»<sup>1</sup>. A revolução islâmica no Irão em 1979 e o 11 de Setembro de 2001, para além dos dramáticos efeitos que provocaram, revelam, de facto, o profundo desconhecimento e incompreensão entre os dois mundos vizinhos<sup>2</sup>. E, todavia, os sinais de perturbação no mundo do Islão, já históricos, ganharam novo vigor a partir do século XVIII e são hoje cada vez mais ansiosos e angustiados.

Poucas realizações humanas são tão impressionantes como a da ascensão do credo muçulmano. Aliando de forma notável a expansão e ocupação militar à difusão do Islão e à convivência tolerante com as múltiplas comunidades e minorias através de administrações locais que ia implantando (era neste mundo que cristãos perseguidos se refugiavam), o mundo islâmico esteve, durante muitos séculos, na vanguarda da civilização humana. Unindo por uma diversificada rede de comunicações múltiplas regiões da Ásia, da África e da Europa, forjou a economia mais próspera do globo. Alcançou o topo do desenvolvimento no campo das ciências (medicina, astronomia, matemática...) e das artes, juntando os ensinamentos da Grécia, do Médio Oriente e da Pérsia às inovações obtidas naquelas zonas (papel na China, posição decimal na Índia). Durante a Idade Média, a Europa, olhada com certo desdém, não passava de um aprendiz (que teve conhecimento das obras gregas pelas suas traduções em árabe).

Porém, passo a passo, as relações de força, criatividade e riqueza, começaram a inverter-se. É no campo de batalha, primeiro na Península (até à expulsão em 1492), depois na Rússia (1554) e finalmente às portas de Viena (1683), que este mundo, acreditando ter em si todas as virtualidades humanas e divinas, se apercebe que algo de imprevisto se estava a passar. É que à medida que a sua expansão era contida, ele tinha-se fechado sobre si próprio. Passaram-lhe despercebidos o Renascimento, a Reforma e o desenvolvimento da ciência moderna<sup>3</sup>. Enquanto a Europa chegava à Índia e ao Extremo Oriente, os muçulmanos tinham pouco «desejo ou incentivo de se aventurarem na Europa Cristã, e na verdade os doutores da Lei Sagrada na maior parte das vezes proibiram tais jornadas,

excepto por uma finalidade específica e limitada»<sup>4</sup>. Até finais do século XVIII houve muito poucas oportunidades de observação directa do Ocidente por parte de turcos, iranianos, egípcios ou outros. O grande esforço de tradução que durante séculos tornou conhecidas as grandes obras e enriqueceu culturalmente este mundo, praticamente extinguiu-se<sup>5</sup>. É perante a repetida derrota em 1529 e 1683 às portas de Viena que se inicia um longo período de penosas interrogações sobre «o que correu mal»<sup>6</sup> no Islão.

E a resposta de Lufti Pasha, grã vizir de Suleimão «o Magnífico»<sup>7</sup>, repetida vezes sem conta a partir daí, é que o «erro básico» foi o afastamento dos antigos preceitos islâmicos e de que o «remédio básico» é o do regresso a eles. Vários têm sido os apontados como responsáveis por esse afastamento. Desde os mongóis, cujas invasões no século XIII teriam alterado o tecido social local; à ascensão otomana que

perverteu a cultura e tradições árabes (e vice-versa); ao Ocidente, portador do nacionalismo estranho ao mundo do Islão e da exploração colonial degradante; aos judeus. Um dos maiores traumatismos é sem dúvida o decorrente do estabelecimento do Estado de Israel. Se a derrota perante o poder imperial do Ocidente ainda é passível de alguma justificação, a derrota do conjunto dos estados árabes em 1948, 1956, 1967 e 1973 perante um punhado de judeus, tratados na tradição islâmica com algum desdém, constituiu uma humilhação intolerável. Este foi e é um conflito federador do mundo muçulmano. Foi de resto quando se esgotou a esperança de que os estados resolvessem a situação pela guerra que se dá a viragem e recurso ao terrorismo para continuar a luta. Hoje, segundo Bernard Lewis, encontram-se frente a frente duas respostas simétricas sobre as razões do atraso no mundo do Islão e particularmente sobre as medidas a adoptar para ultrapassar a situação. A dos «islamistas ou fundamentalistas» que atribuem ao abandono da «herança divina do Islão»<sup>8</sup> as razões do atraso e que se revêem no regresso ao Califado, na aplicação da Sharia e na substituição dos regimes corrompidos para voltar às glórias passadas (e cujas correntes radicais defendem abertamente o terrorismo para o conseguir). E a dos «modernistas ou reformadores» que atribuem o atraso à retenção de práticas desajustadas aos tempos actuais e à «inflexibilidade dos clérigos» que levou a estiolar o movimento científico e criador antigo.

Perante estas questões, encontra-se uma mole humana de dois biliões, da Mauritânia às Filipinas que, apesar de parecer diluir-se nas identidades nacionais, se mantém como uma «imensa caixa de ressonância»<sup>9</sup> atenta aos mais pequenos conflitos que lhe digam respeito. Esta população, na maior parte jovem, arrasta o seu dia a dia penoso há séculos e as suas frustrações são crescentes ou, tendo buscado acolhimento entre os Ocidentais, constata a dificuldade da integração cultural e mantém franjas desinseridas e de grande virulência crítica, para quem o islamismo radical é a única saída e «o terrorismo é a forma de agir no século XXI»<sup>10</sup> como diz o «teórico» da Al-Qaida na Europa.

É PERANTE A REPETIDA DERROTA EM 1529 E 1683 ÀS PORTAS DE VIENA QUE SE INICIA UM LONGO PERÍODO DE PENOSAS INTERROGAÇÕES SOBRE «O QUE CORREU MAL» NO ISLÃO.

São pois muito profundas, complexas e multifacetadas as razões que levam à presente angústia no mundo do Islão e ao uso do terror irrestrito, para que os remédios propostos se compaginem em receitas simples. No Ocidente expressam-se, também, duas teorias opostas, nomeadamente sobre a resposta ao terrorismo. Uma defende que, curadas as causas que levam ao atraso e à pobreza, o terrorismo deixará de ter apoiantes e cessará. A outra, em antítese, defende que, extirpado o terrorismo, prosseguirá a normalização dos moderados rumo ao progresso e à estabilidade. Julgamos que as duas vias são de facto complementares e, mais do que isso, que podem e devem ser intimamente coordenadas. Tal é o fio condutor desta reflexão.

### **O 11 DE SETEMBRO NO QUADRO DO TERRORISMO DO SÉCULO XXI**

O século XX terminou com o regresso ao terrorismo religioso expresso pela seita Aum Shinrikyo («Verdade Suprema») no ataque com gás sarin, em 1995, no metro de Tóquio, visando causar a morte de milhares de pessoas.

O terrorismo fundamentalista radical que culminou no 11 de Setembro de 2001, sendo também de raiz religiosa, tem uma motivação e percurso específicos. É originário das organizações que se opõem aos movimentos da história (a mais antiga das quais, a Irmandade Muçulmana, surgiu quatro anos após Ataturk ter extinguido o Califado em 1924) e que iniciaram, na década de 70, o combate aos regimes reformistas considerados o primeiro inimigo a vencer para impor um Islão virtuoso. Hoje, em cada país muçulmano existe uma ou mais organizações islamistas radicais. Quando este movimento começava a pôr em causa a estabilidade de vários regimes<sup>11</sup>, dão-se em 1979 dois acontecimentos que vão ter influência decisiva. A invasão do Afeganistão pelos Soviéticos e a revolução no Irão, que assume a missão de exportar a jihad islâmica e combater o «grande Satã». É então que convergem os interesses em «exportar» para a luta contra os soviéticos o afã jihadista, retirando ao Irão a hegemonia integrista, o que aconteceu, e libertando os regimes atacados da pressão a que estavam sujeitos.

Em 1989 os Soviéticos retiram derrotados e os Taleban vencem os antigos aliados e conquistam Cabul em 1992. Materializa-se a grande vitória do fundamentalismo radical e é proporcionado um espaço de acolhimento aos seus apoiantes externos. Bin Laden estabelece a Al-Qaida que forja e sustenta uma rede de grupos islâmicos radicais e de jihadistas que passaram pelos campos de endoutrinamento e treino (que suscitavam grande atracção). Não há escritos ou declarações de bin Laden deste período, mas o seu mentor, A. Azzam (da Irmandade Muçulmana), considera que a «jihad afegã não era senão o início dum longo processo» que levaria à reconquista de todas as terras do Islão ocupadas por infiéis desde a Mindanau às então Repúblicas Soviéticas da Ásia Central, passando pela Andaluzia<sup>12</sup>. De facto, no início da década de 90 as brigadas jihadistas vitoriosas dispersam e vão actuar nas suas terras de origem ou noutras, reacendendo os conflitos anteriores. A sua presença nota-se na Caxemira, na península arábica, na Bósnia, na Tchechénia, no Egipto e na Argélia. Porém, não é capaz de suscitar o apoio popular generalizado. A sua

acção, de uma violência inaudita<sup>13</sup>, expressa-se frequentemente num banho de sangue que atemoriza as classes médias e termina em derrota em meados da década e no controlo da situação pelos regimes instalados (*vidé* casos do Egipto e da Argélia). É nesta altura que, segundo Gilles Kepel, a *jihad* se volta contra o Ocidente, culminando no 11 de Setembro. De facto, seguem-se a partir de meados da década de 90 actos terroristas diferentes (suicidas e de grande envergadura)<sup>14</sup>: em 1996 contra a caserna de *marines* em Daharan (Arábia Saudita), seguindo a linha de crítica de bin Laden contra a Casa de Saud e a presença de «infiéis em solo sagrado»; em 1998 contra as Embaixadas dos EUA na Tanzânia e no Quênia, exactamente no dia do aniversário (7 de Agosto) do pedido de auxílio do rei Fahd à América perante a invasão do Koweit em 1990<sup>15</sup>; em 2000 contra o USS *Cole* em Aden; e finalmente o 11 de Setembro em 2001.

Esta vaga de atentados materializando o que já se chamou de «novo terrorismo» ou «hiperterrorismo», apresenta quatro características que, no seu conjunto, evidenciam uma profunda alteração em relação ao passado:

- Em primeiro lugar este terrorismo é conduzido contra um adversário mais forte e progressivamente contra alvos mais centrais até atingir o seu coração militar. O que na ciência militar tem uma leitura específica e revela, neste caso, não um acto de desespero, mas de desafio.
- É um terrorismo catastrófico, pois procura causar o maior número de baixas (que é considerado uma obrigação divina<sup>16</sup>), tendo como único limite a capacidade destrutiva dos meios que consegue obter. O que constitui uma séria advertência para o cruzamento do terrorismo radical com a posse de armas de destruição maciça.
- É global, não só pelas ligações em rede, pela sua dispersão geográfica (tem sido referida a existência de células da Al-Qaida em cerca de 60 países), mas também pelos efeitos que, no mundo cada vez mais interdependente em que vivemos, se espriam em reverberações sem fim.
- É suicidário, o que é novo no terrorismo sunita. Aparentemente não procura consensos ou negociações. Prefigura um ódio ou uma certeza divina (ao menos para os que o executam) que não admite compromissos. É, em consequência, de dissuasão problemática pois nada há, à face da terra, que valha mais do que o acto em si. O que é um facto estratégico novo.

Quando nos interrogamos sobre os objectivos deste terrorismo não podemos deixar de atender às intervenções públicas dos seus líderes que, no dizer de bin Laden, nos remetem para a resposta à humilhação do mundo islâmico «nos últimos 80 anos»<sup>17</sup>, apelando ao regresso ao Califado extinto nessa data, à pureza integral da aplicação das normas sagradas através da *Sharia*, à necessidade de voltar a reconquistar os territórios perdidos, à islamização geral, à destruição dos Estados Unidos, ou à substituição dos regimes muçulmanos «corrompidos».

É de resto no ataque a esses regimes que prossegue, no geral, a onda terrorista pós-11 de Setembro (Indonésia, Turquia, Arábia Saudita e Marrocos) e é sobretudo a presença

de cidadãos e soldados estrangeiros em solo do Islão que oferece a mais repetida razão para a continuação da *jihad*. O que oferece a Kepel uma possível explicação para o 11 de Setembro. Sendo o enfraquecimento dos regimes moderados ou reformistas um obstáculo permanente à implantação de governos islâmicos ditos puros, à frente dos quais a Arábia Saudita. Constituindo a mudança de regime neste país uma das reivindicações mais reiteradas, o que permitiria que o controlo das imensas reservas petrolíferas passasse para «outros grupos sócio-económicos [...] aos quais pertence bin Laden, e de onde tem obtido os apoios», perante a incapacidade da dissidência islâmica interna para promover esta mudança, pode ser que, na lógica terrorista, se tenha pensado que só um crescendo de atentados violentos contra os EUA os levaria à cessação do apoio ao regime que conduziria fatalmente à sua queda, primeiro passo para a inversão de poderes no mundo do Islão.

O 11 de Setembro seria, assim, visto como o alargamento aos EUA da acção contra a Arábia Saudita, como de resto já tinha acontecido na década de 90 quando o terrorismo argelino se deslocou para França, vista como um sustentáculo fundamental daquele regime.

### **DUAS AGENDAS INCONCILIADAS MAS CONCILIÁVEIS**

O 11 de Setembro ocorreu num momento particularmente complexo das relações internacionais. Os EUA procuravam ainda definir a sua postura face a um mundo onde a auto-regulação da Guerra Fria tinha desaparecido, e nada de semelhante tinha entretanto surgido. Os mandatos de Bush pai, de Bill Clinton e os primeiros meses da Administração de Bush filho reflectiram, cada um à sua maneira, este quadro de indefinição estratégica. Os ataques do 11 de Setembro ocorreram ainda num momento em que o fim da grande ameaça soviética tinha relativizado os problemas e aumentado por isso a margem para os desacordos entre os aliados ocidentais. Desacordos que tinham começado a surgir<sup>18</sup>, levando mesmo Kissinger a levantar a questão de saber se os dois lados do Atlântico ainda se reviam num «destino comum».

O 11 DE SETEMBRO SERIA, ASSIM, VISTO COMO  
O ALARGAMENTO AOS EUA DA ACÇÃO  
CONTRA A ARÁBIA SAUDITA

Todavia, o 11 de Setembro levou ao consenso imediato não só entre as duas margens do Atlântico, como na ONU. O Conselho de Segurança considerou este acto como um «ataque armado» previsto na Carta das Nações Unidas e outorgou aos EUA o direito de legítima defesa. A invocação do artigo 5.º, pela primeira vez na história da OTAN, evidencia o grau de coincidência e de preocupação sobre o significado da nova ameaça terrorista.

Porém, o impacto dos acontecimentos nas sociedades foi diverso. A América sentiu-se profundamente ultrajada, vulnerável e em perigo<sup>19</sup>. Atacados, os EUA sentem-se em guerra. Do rescaldo surgiu uma América mais patriótica, mais cometida à acção militar e mais individualista<sup>20</sup>. As soluções anteriores (contenção e dissuasão) não são

aplicáveis. Surge, pois, com base em pressupostos estratégicos diferentes, uma agenda firme de «guerra global ao terrorismo», antes de mais pelo combate aos atacantes e pela identificação do «Eixo do Mal», mas também por um profundo ajustamento da sua estrutura de comando e de forças bem como por uma multitude de medidas de protecção e segurança abrangendo todas as áreas da administração. Seguem-se, passadas poucas semanas, a operação no Afeganistão e em 2002 no Iraque.

A Europa tem uma experiência histórica diferente. Mantém na memória colectiva o pesadelo (e os muitos milhões de mortos) dos conflitos que na primeira metade do século XX deixaram o continente exangue e arruinado, abrindo caminho a terríveis sistemas totalitários. Convive com o terrorismo nos seus países (ou no quadro dos passados coloniais) desde sempre. Vive em vizinhança próxima com áreas de grande instabilidade, seja islâmica ou eslava, e a sua vulnerabilidade é uma constante. Desde o Congresso da Europa em 1948 que está empenhada num processo de integração contínuo através da cooperação na área económica, primeiro, e, após 1989, na da segurança e defesa. Tem conseguido evitar o uso da força para resolver diferendos clássicos numa vasta área do continente. Não aspira a equipar-se para se constituir na potência militar correspondente ao seu potencial económico (o que é novo na história), tendo mesmo insuficiências que fazem com que seja considerada um «gigante económico» e um «anão militar». Mas, como diz Severiano Teixeira, já não é apenas um «subsistema» do sistema de defesa e segurança ocidental da Guerra Fria. Tem de prosseguir uma política externa e de segurança própria que dê coerência e assegure continuidade ao seu *share* de 25 por cento do PNB mundial.

A sua agenda privilegia a «segurança cooperativa»<sup>21</sup> e requer o primado do direito e das instituições multilaterais, o que de algum modo compensa a falta de auto-suficiência militar. A sua expressão preferencial é através do *soft power*.

O encontro entre as duas agendas deu-se perante as operações no Afeganistão e no Iraque, em que se tornaram visíveis as diferenças que, de facto, já existiam anteriormente.

No Afeganistão, o facto mais notório foi o não envolvimento da OTAN, apesar de esta ter invocado o artigo 5.º e de haver consenso pleno entre os dois lados do Atlântico sobre a operação, indo-se, pelo contrário, ao encontro das preocupações de alguns sectores americanos de evitar a «guerra por comité» e respeitando os novos princípios enunciados publicamente de que «é a missão que determina a coligação» e não o inverso. A participação da Aliança foi tardia e limitada praticamente a Cabul. Hoje é requerida por todos, nomeadamente pelas autoridades do país, provando-se que, tal como referia o secretário-geral da OTAN, Lord Robertson, as coligações *ad hoc* permitem resolver um problema militar específico, mas só as alianças baseadas em princípios e valores comuns podem assegurar continuidade política e estratégica. Que é o que falta.

No caso do Iraque houve uma grave divisão entre os dois lados do Atlântico, e dentro da Europa, com uma incidência muito negativa durante o ano de 2003 em todas as



instituições multilaterais e, naturalmente, também na UE. A coligação *ad hoc* constituída teve pois legitimidade menor e expressão mais exígua. O que pode ter consequências sérias. Aparentemente, o Iraque transformou-se para os islamistas radicais numa oportunidade para procurar vencer pelo desgaste a outra potência mundial (após terem derrotado a URSS no Afeganistão). A sua linha de acção prevalecente parece ter sido a de procurar colaborar com todos os elementos que se opõem à presença das forças da coligação e de fomentar a guerra civil e a rebelião dos xiitas do Sul. A oposição violenta, armada e terrorista tem vindo a crescer e a tornar-se mais sofisticada, com a realização de raptos, que atingem com precisão os elos da coligação considerados mais frágeis (veja-se o caso das Filipinas) ou mais significativos.

APARENTEMENTE, O IRAQUE TRANSFORMOU-SE  
PARA OS ISLAMISTAS RADICAIS NUMA  
OPORTUNIDADE PARA PROCURAR VENCER  
PELO DESGASTE A OUTRA POTÊNCIA MUNDIAL  
(APÓS TEREM DERROTADO A URSS  
NO AFGANISTÃO).

O 11 de Março parece inserir-se neste contexto. A Espanha, referida como um dos países a reconquistar pela *jihad*<sup>22</sup>, tem perseguido e descoberto com sucesso notável várias células islâmicas no seu território e dispunha de uma presença substancial de forças no Iraque. Em finais de Fevereiro de 2003 foi difundido um pequeno livro, atribuído à Al-Qaida, com o título *A Jihad no Iraque, esperanças e riscos: análise da realidade e visão para o futuro, e os passos actuais no caminho da Jihad abençoada*<sup>23</sup> que apresenta um capítulo consagrado à Espanha com uma análise da possibilidade de fazer alterar a linha política de então, pela montagem de dois ou três ataques terroristas. A retirada das forças espanholas ou italianas levaria a uma pressão sobre a Inglaterra que esta não poderia suportar. É ainda cedo para se analisar com dados mais firmes o 11 de Março. O certo é que provocou 200 mortos e mais de 1400 feridos, e, apesar de algumas diferenças de estilo, parece ter tido o sancionamento da Al-Qaida. E uma vez mais a reacção, agora na Europa, confirmou a diferença de visões. No dia 15 de Março, o presidente em exercício da União Europeia difundiu um comunicado condenando o ataque cobarde e referindo ir apresentar um conjunto de propostas para análise. Em 26 de Março, o Conselho da União aprovou um conjunto variado de medidas indo desde a implementação antecipada da cláusula de solidariedade para apoiar os países que tenham sofrido ataques terroristas, à prossecução da colaboração existente no quadro legal, ao reforço da cooperação ao nível dos sistemas de segurança e informações, ao melhor emprego da Eurojus e da Europol, ao melhor controlo de fronteiras, até ao estudo das linhas de orientação para o combate ao terrorismo. Todas as medidas e propostas são de extrema relevância e utilidade. Mas não há uma só palavra sobre o emprego da força.

Para a Europa, a divisão de posições sobre o Iraque constituiu um sério percalço no processo da UE, nomeadamente durante o ano de 2003. O que mais chama a atenção é que não foram usadas as estruturas existentes (da PESC) com vista a um consenso sobre a matéria e, antes pelo contrário, voltaram a assumir-se preponderantemente posições

individuais de estados ou de grupos de estados, que culminaram numa acção colectiva da Inglaterra, França e Alemanha perante as autoridades iranianas em Outubro de 2003, a propósito das questões nucleares no país. Isto apesar de a UE ter um presidente em exercício, uma Troika operante e um alto representante para as questões da PESC. O que, podendo consolidar um entendimento a três, que é sem dúvida importante para a Europa, corre todavia o risco de lhe retirar eficácia na sua actuação externa.

## CONCLUSÕES

O terrorismo islamista radical representa uma ameaça demasiado séria para ser gerida por estados de alma ou antipatias pessoais. O processo de discussão que publicamente foi seguido a propósito do Iraque só reforça o radicalismo e apouca os aliados. Existiam estruturas e *fora* próprios (ONU, OTAN, UE) em que o consenso devia ter sido procurado e atingido; porém, as agendas permaneceram inconciliadas e não se evitou (pelo contrário, parece que se procurou) a rotura.

Não é possível opor a Europa aos EUA em matérias estratégicas essenciais, sem que esta se divida. Mas foi possível aos EUA conduzir uma política em oposição a uma parte importante da Europa. Porém, ficaram à vista os limites mútuos, as posições mais extremas saíram diminuídas e os resultados são perigosos. A experiência do Iraque pode ser importante por gerar os sistemas de controlo que impeçam quadros semelhantes. O ano de 2004 vai nesse sentido.

Não é possível reduzir a capacidade destruidora do islamismo radical sem usar, também, a força. Mas esta não é obviamente suficiente. Outras medidas de coordenação de esforços nas áreas legal, financeira, do crime organizado, da segurança e das informações são necessárias. A erradicação das causas de frustração, de desânimo, da exclusão social, da pobreza e outras, retiram certamente uma base importante de apoio ao radicalismo. A boa governança dos estados muçulmanos é indispensável e o empenhamento do Ocidente incontornável. É por isso possível e necessário que ao *hard power* se junte o *soft power*. As agendas das duas margens do Atlântico são e devem ser compagináveis. A bem de um futuro melhor. <sup>RJ</sup>

**B**in Laden não atacou São Pedro em Roma, nem o Muro das Lamentações, atacou Wall Street. É um personagem curioso, um milionário e jogador na bolsa, que decerto não é um adversário da economia de mercado, mas retoma os alvos e um certo discurso da extrema-esquerda anti-imperialista e terceiro-mundista hoje moribunda. Bin Laden é um homem moderno, que pertence ao nosso mundo.” <sup>RJ</sup>

Olivier Roy, “L’islam passé à l’Occident”, *Esprit*, Agosto-Setembro de 2002.



## NOTAS

- 1 Ferro, Marc. *O Choque do Islão*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2004, pág. 11.
- 2 Ferro, *op. cit.*, analisa de forma cuidada os factores de incompreensão que ao longo dos séculos têm impedido ou limitado a compreensão mútua.
- 3 Lewis, Bernard. *What Went Wrong?* Phoenix, 2002, pág. 49.
- 4 Lewis, *op. cit.*, pág. 41.
- 5 Até ao século XVIII só um livro médico (Tratado sobre a sífilis) oferecido ao Sultão Mehmed IV, em 1655, foi traduzido.
- 6 Tradução do título da obra citada de Bernard Lewis.
- 7 Lewis, *op. cit.*, pág. 25 e seguintes.
- 8 Lewis, *op. cit.*, pág. 176.
- 9 Ferro, *op. cit.*, pág. 44.
- 10 Mohamed, Omar Bakri. «*O terror é a lei do século XXI*», *Público*, 18 de Abril de 2004.
- 11 Gilles Kepel, em "Terrorisme islamite: de l'anticomunisme au Jihad anti-Américain", *Ramsés*, 2003, cita a ocupação de assalto da grande mesquita de Meca em 1979, a acção no Egipto e o assassinato de Sadate em 1981, e a acção do maquis islamista na Argélia a partir de 1982.
- 12 Gilles Kepel, *op. cit.*, pág. 46.
- 13 É conhecida a violência desencadeada na Argélia que se salda em 100 000 mortos e no Egipto onde violentíssimos ataques culminam no massacre dos turistas em Luxor em 1997.
- 14 Com excepção do atentado em 1993 contra o World Trade Center, mas este de origem ainda por esclarecer totalmente.
- 15 Importa não esquecer que a invasão do Koweit, em 2 de Agosto 1990, abre novas divisões no mundo árabe entre os que apoiaram a coligação e os que a ela se opuseram e mesmo no seio da corrente islamista, entre uma tendência mais moderada e os radicais para quem a invasão do Iraque é «*da mesma natureza*»<sup>15</sup> que a invasão do Afeganistão. Encontrá-los-emos, de resto, profundamente empenhados contra a coligação presente actualmente no Iraque e no combate pelo terror aos seus elementos que provavelmente levou ao 11 de Março.
- 16 Omar B. Mohamed referenciado como teórico da Al-Qaida na Europa, refere na entrevista citada que o «*texto divino é claro quanto à necessidade de provocar o máximo número de baixas*», sendo mesmo esse um dos elementos distintivos da Al-Qaida.
- 17 Primeira intervenção de bin Laden na Al Jaezeera, citado por Ferro, *op. cit.*, pág. 23.
- 18 Kissinger, Henry. *Does America need a Foreign Policy?*, Nova York, Simon & Shuster, 2001.
- 19 A segunda vez, após o lançamento do *Sputnik* em 1957 que mostrou que o território americano era atingível, e da produção rápida de mísseis balísticos intercontinentais por parte da URSS que levaram à alteração da doutrina estratégica – da retaliação maciça à resposta graduada e, nessa sequência, ao abandono da Estrutura Militar Integrada da OTAN por parte da França, em meados da década de 60.
- 20 Felix Rohatan, *For «New America» a fresh Atlantic alliance*, in [www.worldsecurity-network.com](http://www.worldsecurity-network.com).
- 21 De Wijk, Rob. *One year on: lessons from Iraque*, Chaillot Paper No. 68, ISS, March 2004.
- 22 Ferro, cita declarações de al Zahahiri nesse sentido logo na sua primeira intervenção pública após o 11 de Setembro, *op. cit.*, pág. 24.
- 23 Paz, Reuven. *The First Tile in the Domino Effect?* in [www.ict.org.il/articles/articleDET.cfm?articleID](http://www.ict.org.il/articles/articleDET.cfm?articleID).